

## SEDUÇÃO E PERSUASÃO: OS “DELICIOSOS” PERIGOS DA SOFÍSTICA

MARKUS FIGUEIRA DA SILVA\*

*RESUMO:* Este artigo atualiza uma polêmica que atravessa as relações entre filosofia e educação, pelo menos desde o (des)encontro entre Platão e os sofistas: é a virtude que há de se ensinar? É a política? É a retórica? A tese aqui defendida é que o domínio atual da ignorância e da utilidade é um resultado, lamentável, do triunfo dos ideais sofísticos sobre os platônicos.

*Palavras-chave:* Platão. Sofistas. Filosofia. Educação.

### SEDUCTION AND PERSUASION: THE “DELICIOUS” DANGERS OF SOPHISTIC

*ABSTRACT:* This paper updates a polemic that goes through the relations between philosophy and education, since the encounter among Plato and the sophists: Is it the virtue that has to be taught? Is it politics? Is it rhetoric? The thesis defended here is that the current dominion of the ignorance and the utility is a result of the regrettable result of the triumph from the ideals of the sophists over the platonic ones.

*Key words:* Plato. Sophists. Philosophy. Education.

---

\* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *E-mail:* maukus@cchla.ufrn.br

A tualmente a palavra “ética” é mais escrita, mais pronunciada, mais reclamada que a própria palavra “filosofia”. Para o senso comum, ética figura como uma espécie de correção da conduta, ou ainda como modelo disciplinar. Pode-se definir a ética como a parte da filosofia que problematiza o agir humano. Mas o que vemos é o contrário, a ética é reclamada como solução para os problemas definidos no âmbito das sociedades. Em pouco tempo a massificação do termo e o escamoteamento do seu sentido originário como conceito têm submetido a noção de “ética” a uma banalização tamanha que acaba por afastá-la do seu sítio natural que é a filosofia. Há um grande perigo em atribuir à palavra “ética” um valor meramente utilitário. A ética não é apenas um termo instrumental, ela se constitui num problema pensado por toda a tradição filosófica, e o risco de se perder a capacidade de problematizá-la conduz necessariamente a um desastre, que é transformá-la numa aparente noção, facilitando-a, coisificando-a e vulgarizando-a. Tal preocupação já havia sido levantada por Platão em seus diálogos,<sup>1</sup> quando dissocia a dialética da retórica, ou ainda quando diferencia a busca de um verdadeiro saber do simples exercício de uma *téchne*. Ainda que não possamos aprofundar neste momento o sentido desta afirmação, não podemos deixar de fazê-la: quando Platão acusa o sofista de fracassar por dizer o não-ser no lugar do ser, esse fracasso pode ser dito apenas do ponto de vista epistemológico, mas não do ponto de vista da efetividade histórica, uma vez que os sofistas fundaram o primado da aparência, erigindo, no lugar da problematizadora filosofia, a facilitadora retórica. As terríveis conseqüências deste procedimento podem ser percebidas no exercício da política por meio das técnicas de dominação operadas pelos discursos.

Vem de longe a idéia de que é possível moldar o *ethos* por meio da educação. Desde a Grécia Antiga, precisamente no século V a.C., a figura do *didáskalos*, isto é, o professor, toma o lugar do poeta-aedo na condução (*agogé*) do processo formativo do cidadão. A sofística inicia um movimento de tornar públicos os ensinamentos com a promessa de formar homens sábios, virtuosos, poderosos e felizes. Paralelamente a este novo modelo de educação surge a idéia de publicidade. Entre as duas a mais forte, a que vigora hoje como instrumento massificador e seduz com uma eficácia sem limites os sentidos por ela capturados é sem dúvida a publicidade.

## Utilitarismo e pragmatismo

Considerar a educação como estratégia fundamental para moldar a cidadania – *paideia* – é uma idéia antiga e tradicional, porém desde o período socrático-sofístico essa idéia aparece como fundamentadora da noção de ética e, mais que isso, como manancial de problemas teóricos que ensejam a prática da política. Neste sentido, a retomada do ponto de vista dos sofistas (Platão, *Prot.* 319a), “ensinar a arte da política e emprender fazer dos homens bons cidadãos”, anuncia o lugar da ética como prefiguradora da política e da educação como prefiguradora do *éthos*. O saber divulgado pelos sofistas sempre foi entendido como sendo do âmbito da filosofia, o que não quer dizer que seja filosófico, ou seja, o que é filosófico é o embate em torno da possibilidade do ensino da arte (*téchne*) política. O que está em jogo é a eficácia da educação para modelar o *éthos* de uma sociedade.

Vê-se com isso que a má compreensão da relação entre retórica e filosofia pode ter sido a origem do erro de considerar-se hoje a ética mais importante que a filosofia ou, ainda, de definir a ética como um conjunto de normas convencionadas em sociedade para atuarem como dispositivos de correção da conduta dos indivíduos. O problema dobra de tamanho quando entra em questão o uso que se faz da ética pelos instrumentos de poder.

A deteriorização dos valores é hoje em dia reclamada pelos “corretores da ética”, entretanto o que eles reclamam é a reforma da conduta, a eficácia da norma. O que deixam de fora da reclamação é a discussão filosófica, isto é, o discurso que reclama a ética deixou perder-se o diapasão filosófico, tornou-se ideologia, ou um conjunto de preceitos definidos no interior de determinados segmentos da sociedade. Tais “corretores” agem no sentido de setorizar os modelos de conduta, produzindo uma fórmula ética para cada setor da sociedade. Com isso eles precipitam no abismo a unidade da ética. Promovem uma imagem inautêntica dela, separam-na da filosofia. Mas o que se esconde por trás desta atitude? O interesse pusilânime na fabricação de resultados. Esta prática se sustenta na apropriação indevida da natureza humana, tornando-a coisa, reduzindo o seu sentido natural de realização a um elemento numérico, estatístico, operado pela racionalização econômica e política por meio da sedimentação cada vez maior de uma lógica pragmática e utilitária. Neste sentido, é crescente o número de cartilhas,

códigos, normas de conduta que têm como objetivo a otimização da produção de bens mediante a correção dos desvios de comportamento isolados e nocivos ao funcionamento dos sistemas definidos segundo uma mecânica que exclui a autonomia do humano e calcifica a pragmaticidade da vida, cuja finalidade se mostra nos resultados que contabilizam ganhos econômicos e políticos. Haveria aqui um erro de interpretação das idéias há muito desenvolvidas ou, ainda, o esquecimento do humano como valor fundamental precipitou a filosofia numa plástica de vida na qual ela mesma ficou subordinada ao útil? Vejamos...

### Paidéia

A educação tornou-se objeto de investigação dos pensadores gregos no século V a.C., os quais começaram a pensá-la como estratégia fundamental para moldar a cidadania. Havia, naquele momento, um interesse epistêmico de articular a pergunta pela natureza humana (*phýsis antropou*) à pergunta pelo exercício do modo de vida (*éthos*). Naquele momento, a ética foi problematizada com vistas a definir os elementos constitutivos da política. A *paidéia* é a palavra grega circunstanciada ao período em que surgem os sofistas para exprimir “o conjunto de todas as exigências ideais, físicas e espirituais no sentido de uma formação espiritual consciente”. E ainda: “No tempo de Sócrates e de Platão, está perfeitamente estabelecida esta nova e ampla concepção da idéia da educação” (Jaeger, 1986, p. 233).

Pode-se dizer que a sofística deu início a um movimento educacional poderoso, do qual ainda e mais do que nunca somos herdeiros, e que tem como estratégia de dominação a publicidade e como justificativa a necessidade de uma formatação espiritual do indivíduo. É, portanto, na política e na ética que mergulham as raízes do seu modelo de educação (*Paidéia*, 238). A partir desse momento a educação, mediante o ensinamento dos valores por ela definidos, criará a ilusão de que é possível moldar o ideal de sociedade. Entretanto a prática educacional seguirá plasmando diferenças sociais e políticas e elegendo o poder da fala, do discurso, como arma fundamental de dominação.

### Sedução e persuasão

A política passará a ser exercida em todos os meandros da sociedade e será definida como a arte da persuasão. Persuasão como convencimento e persuasão como falácia e hipocrisia.

A eficácia persuasiva é anunciada por Górgias como finalidade maior do discurso (Colli, p. 83). É a hegemonia da retórica que passa a interessar. A retórica surge com a dialética por uma “necessidade política”: “No confronto com as formas expressivas da arte e com os produtos da razão ligados à esfera política, a linguagem dialética entra no âmbito público” (Colli, p. 85).

A retórica anuncia a figura do orador que luta para subjugar a massa de seus ouvintes. O lugar do discurso reveste-se de poder, passando a ser o lugar da autoridade. A formação dos indivíduos prima por estabelecer um hiato entre os que definem com seus discursos (*logoi*) o lugar da autoridade política e aqueles que a ela se submetem. A noção de sabedoria para a cidade dos muitos discursos passa a ser identificada com o poder. Assim, o *éthos*, ou a conduta, ou, ainda, o modo de ser dos cidadãos, obedece à dualidade de posições sociopolíticas defendida pelos retóricos: de um lado a formação de uma classe de políticos-oradores que tende a ocupar os cargos públicos, de outro a formação de uma massa de receptores de discursos, manipulados em suas paixões, docilizados pela aparência dos discursos políticos. Os sofistas prometiam a seus ouvintes/alunos, segundo Platão, que por intermédio das suas lições eles alcançariam a excelência (*areté*) da *téchne* oratória que os levaria a predispor do modo mais eficaz possível o surgimento da emoção no público. Daí a construção da plástica figura do orador-político, cujas armas são a sedução e a persuasão. O problema surge quando, ao invés da formação integral do espírito político (cidadão), busca-se o treinamento e a composição de uma imagem plástica do político identificado de imediato com a figura do homem de poder, o que encanta o público com um discurso “agradável” e eficaz. Funda-se com isso o primado da aparência (*dóxa*), ou seja, o conteúdo dos discursos visa a mexer com a emoção do público, apaixoná-lo, e não instruí-lo ou educá-lo. Subverte-se com isso o sentido originário da *paidéia*, que era o de formar integralmente os indivíduos e torná-los cidadãos. Opera-se uma cisão entre o sentido paidêutico necessário à constituição de uma sociedade ciente dos valores a serem praticados e uma imagem da política que se perpetua pelo fetiche e pela facilidade de aceitação promovida pela publicidade fabricada.

## Deliciosos perigos

A noção de útil convencionalizada e praticada nas relações políticas acaba por delimitar o modo de vida comum dos homens em sociedade.

Em nome da utilidade proclamam-se saberes, normas, regras de conduta. Ocorre que o conflito se mostra quando se deparam as duas noções de utilidade, a saber: o útil do ponto de vista subjetivo e o útil do ponto de vista objetivo.

Quando considerado do ponto de vista subjetivo, é útil tudo o que é do interesse de quem pensa os critérios da utilidade e a maneira de praticá-los. Quando considerado do ponto de vista objetivo, o útil apresenta-se sob a forma de resultados. Assim, para o bom funcionamento da sociedade como lugar dos muitos discursos é mister que os critérios e as práticas subjetivas configuradores do poder construam os seus “cantos de sereia”, isto é, que representem a prática da vida segundo um modelo aparente, otimizador das relações de produção que, não obstante, esconde a ambigüidade de ser “belo e agradável”, quer dizer, apaixonante, mas também restritivo e condicionante. Ser ético passa a ser seguir as determinações codificadas e não pensá-las, muito menos problematizá-las. Do ponto de vista dos resultados obtidos com a prática freqüente dos valores, a ética destina-se aos elementos da coletividade. Contudo, tendo-se em conta a subjetividade produtora de valores, o útil não se mostra nos resultados, mas nos interesses que entoam a ordem melódica do canto da sereia: o poder efetiva-se por meio dos discursos e aquele que o exerce se regozija com a realidade político-social mantida nos limites da aparência.

O discurso que seduz e convence produz uma espécie de deleite: ele diz aquilo que se espera ouvir, porém de modo agradável. Como diz Cícero, a boa retórica é aquela que produz três tipos de afecção, a saber: *docere* (instruir, ensinar), *delectare* (agradar) e *movere* (comover) (apud Reboul, 2000, p. XVII).

O problema reside na aparente objetividade do discurso. A coletividade aceita aquilo que lhe parece agradável. Ora o que parece agradável não produz desconfiança e torna-se um “delicioso” perigo pelo qual multidões se deixam seduzir empenhando-se em atingirem e manterem o quanto for possível o que lhes é solicitado. Tem-se então a educação reduzida a uma espécie de adestramento, ou seja, a educação presente nas estratégias disciplinatórias, próprias para a modelagem da conduta. Esta concepção de educação não visa ao pensamento, não visa à descoberta, não visa à criação, pelo contrário, coisifica o homem a ponto de torná-lo um seguidor de regras, exilado de seu pensamento, aparentemente satisfeito em ser útil ao sistema do qual é refém. A educação não é um instrumento de revolta, ela

é prefiguradora de um comportamento homogêneo e servil. Adequar-se ao útil; autodeterminar-se ao cumprimento das normas prescritas sob a forma de um código de conduta aniquila o pensamento, inibe a criatividade, condena o homem coletivo a ignorar os seus limites e as suas possibilidades. A educação como apanágio do pragmatismo e do utilitarismo condena a sociedade ao desprezo da inteligência,<sup>2</sup> despotencializando a natureza humana.

Ora, há quem diga que não era este o projeto da sofística e de fato não podemos reduzir a contribuição dos sofistas ao mau uso que fizeram dos seus pensamentos. Entretanto tal perigo sempre existiu. Para os sofistas gregos na Antiguidade Clássica, a produção dos discursos, o uso e o domínio da *téchne* discursiva eram criativos, agradáveis, pois, segundo eles mesmos, produziam subjetividades felizes e bem logradas. A subversão da sofística pelo uso do poder político e a subjetividade produzida por esse poder sedimentaram a desvalorização da inteligência, intimidaram a criação e produziram, por meio da educação sistemática e teleológica, o útil ignóbil coletivo e o domínio político da ignorância. O maior temor de Platão realiza-se século após século, em ordem crescente. A espécie humana vive e sonha com bens úteis, inerentes à caverna.

*Recebido em maio de 2004 e aprovado em junho de 2004*

## Notas

1. Veja-se *O sofista, O Protágoras, O Górgias e A república*.
2. O abandono da fundamentação significa o desprezo pela inteligência, pois, quando a aparência fala por si, perde-se a filosofia. Quando Platão critica a falta de fundamentação do modelo de educação sofística, ele está criticando a possibilidade de um reino de opiniões, desordenado e pueril, que facilmente pode ser dominado por um *logos pseudés* (discurso falso), com finalidade utilitária e funcional (pragmática).

## Referências bibliográficas

- AUGUSTO, M.G.M. O filósofo e o sofista no Mênon de Platão. *Kléos*, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 1, n. 1, 1997. p. 211-230.
- CASSIN, B. *Ensaio sofísticos*. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Siciliano, 1990.

PLATÃO. *Teeteto* ou Da ciência. Trad. de Fernando Melro. Lisboa: Inquérito Ilimitada, 1990.

PLATÃO. *Diálogos*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2002.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TOBIA, A.M.G. (Org.). *Los griegos: otros y nosotros*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2001.